



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO/RS

**Relatório de Auditoria do
Programa de Oportunidades e
Direitos do Estado do Rio Grande
do Sul – POD/RS
Contrato de Empréstimo
nº 3.241/OC-BR**

**Relatório dos Auditores
Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras
Básicas.**

Exercício de 2019



Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SJCDH

Escritório de Projetos – EP

Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS

Contrato de Empréstimo nº 3.241/OC-BR

ÍNDICE

1	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
1.1	Opinião Com Ressalva.....	5
1.2	Base para opinião	6
1.2.1	Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.....	7
1.2.2	Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras	7
2	INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIO 2019	10
2.1	Descrição do Programa	10
2.2	Organização para Execução do Programa.....	11
2.3	Sistemas de Controle Gerenciais.....	14
2.4	Resumo das Principais Práticas Contábeis.....	16
2.5	Taxa de Câmbio	17
2.6	Fundos Disponíveis.....	17
2.7	Fundos Utilizados Pendentes de Justificação de Recursos do BID	19
2.8	Recursos de Contrapartida Local	21



2.9	Desembolsos Efetuados	21
2.10	Aquisição de Bens e Serviços	22
2.11	Conciliação entre a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados.....	25
2.12	Conciliação dos Registros do Projeto com os Registros do BID (WLMS-1 Executive Financial Summary), por Categoria de Investimento	25
2.13	Conciliação do Passivo a Favor do BID (entre o montante registrado no campo “Disbursed life” do WLMS-1 e o Registrado no Campo “Recursos Recebidos – BID da Demonstração de Fluxos de Caixa.....	25
2.14	Contingências	25
2.15	Relatório sobre requisitos legais/ou regulatórios	25
2.16	Eventos Subsequentes	26
3	Anexos	27
	ANEXO A – Demonstração dos Investimentos Acumulados e Demonstração do Fluxo de Caixa.....	27
	ANEXO B – Notas Explicativas	28
	ANEXO C – Resposta da Secretaria	28



Índice de Quadros

Quadro 1- Custo do Financiamento do POD/RS	11
Quadro 2 – Esquema de Organização para Execução do Programa	13
Quadro 3 – Organização do EP	13
Quadro 4 - Relação de Coordenadores do EP em 31/12/2019	13
Quadro 5 – Disponibilidades - 31/12/2019	18
Quadro 6 - Valores Pendentes de Justificação	19
Quadro 7 – Demonstração das Solicitações e Desembolsos – R\$	22
Quadro 8 – Valores aplicados no período – Exercício 2019	24



1 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos – Escritório de Projetos e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS
Contrato de Empréstimo nº 3.241/OC-BR

1.1 Opinião Com Ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras anexas da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – SDJH, que compreendem a Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2019 e a Demonstração de Investimentos Acumulados para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, correspondentes ao Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS, financiado com recursos do Contrato de Empréstimo nº 3.241/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com aportes do Governo do Estado Rio Grande do Sul, em atendimento ao disposto na Cláusula nº 2.02, das Disposições Especiais, do referido Contrato de Empréstimo.

Nas análises dos Demonstrativos Financeiros, foram encontradas algumas divergências:

1) Os valores dos pagamentos por bens ou serviços pendentes de justificativa no exercício, indicados nos Demonstrativos de Fluxo de Caixa, estão negativados e diferem daqueles constantes nas Notas Explicativas nº 4 e nº10 (item 2.7);

2) Há pagamentos estornados sendo somados aos valores pendentes de justificação no exercício nas Demonstrações de Fluxo de Caixa, tornando tais importâncias negativas, e, apesar de se tratarem de informação relevante, não constaram em Nota Explicativa (item 2.7).



3) Há uma diferença entre o valor da contrapartida em dólares consignado nos Demonstrativos de Fluxo de Caixa e de Investimentos Acumulados, e aquele apresentado na Nota Explicativa nº 7 (item 2.8).

4) O saldo disponível da contrapartida em 31-12-2019 no Demonstrativo de Fluxo de Caixa em dólar encontra-se negativo em US\$ 713,14, enquanto que no Demonstrativo de Fluxo de Caixa em reais não há saldo disponível de contrapartida. Não há Nota Explicativa para referida diferença (item 2.8);

5) Não foi encontrada Nota Explicativa acerca dos valores referentes aos pagamentos por bens e serviços pendentes de comprovação/justificativa de ajustes de exercícios anteriores estarem negativados nos Demonstrativos de Fluxo de Caixa e constarem como justificados através da Solicitação nº 8.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam razoavelmente, em todos os aspectos relevantes, os recebimentos e os pagamentos do programa em 31 de dezembro de 2019, em conformidade com o critério contábil de caixa descrito na Nota 2, exceto quanto ao efeitos das divergências relatadas nos itens 1, 2, 3, 4 e 5, relacionados acima.

1.2 Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida dentro das Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs, por sua sigla em inglês), desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), que são convergentes – quanto às adequações de concordância – com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA, por sua sigla em inglês), emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), e requerimentos específicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao programa, de acordo com os princípios éticos relevantes para nossa auditoria de demonstrações financeiras previstos no Código de Ética deste Tribunal de Contas e da INTOSAI, e cumprimos com as demais responsabilidades contidas nessas normas.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

1.2.1 Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com o critério contábil de caixa descrito na nota 2, o qual inclui determinar que o critério de caixa constitui uma base contábil aceitável para a preparação das demonstrações financeiras nas circunstâncias e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. A base contábil de fundos reconhece as transações e os fatos somente quando os recursos (incluindo o equivalente aos fundos) são recebidos ou pagos pela Entidade e não quando resultam, auferem ou se originam de direitos ou obrigações, ainda que não se tenha produzido uma movimentação de fundos (caixa).

Os responsáveis pela governança do programa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das suas demonstrações financeiras.

1.2.2 Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria é realizada obedecendo às Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs), desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos subjacentes de forma a alcançar a apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 08 de abril de 2020.

TCE/RS - Equipe de Auditores



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

TRIBUNAL DE CONTAS	
Fl.	Rubrica

Adriana Flach Sampaio
Auditora Pública Externa –TCE/RS
Matr. 1.700075.0

Elisete Bursztejn
Auditora Pública Externa –TCE/RS
Matr. 1.700637.0

Rafael Santos Castro
Auditor Público Externo –TCE/RS
Matr. 1.700576.0



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE JUSTIÇA,
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
DIVISÃO DE FINANÇAS

Porto Alegre, 14 de fevereiro de 2020

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PROGRAMA

1. Descrição do Programa

O Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) firmaram, em 01 de setembro de 2014, contrato de operação de crédito nº 3241/OC-BR para a cooperação em um Projeto de prevenção à violência e à criminalidade em que a execução e utilização dos recursos do empréstimo serão efetuados pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, atual Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do Projeto é contribuir para redução dos índices de criminalidade violenta de jovens de 15 a 24 anos de idade nas cidades de Alvorada (ALV), Porto Alegre (POA) e Viamão (VIA), no Estado do Rio Grande do Sul, mediante a abordagem integrada dos fatores de risco e a focalização geográfica e populacional das intervenções.

1.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são: (i) melhorar a inserção dos jovens em situação de risco ao sistema educativo e ao mercado de trabalho; (ii) aumentar a efetividade da polícia no âmbito local; (iii) reduzir a taxa de reincidência da população jovem em conflito com a lei; e (iv) melhorar a articulação dos serviços de prevenção e controle do crime destinados ao grupo etário com mais alto risco.

1.3 Órgãos Executores e Composição do Programa

Conforme o Contrato de Empréstimo, o Órgão Executor do Programa será o Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH), atual Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJDCH) e da co-execução do componente 2 pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP). O Órgão Executor atuará segundo um modelo de execução em três níveis complementares. Isso se dará por meio de unidades que serão criadas e mantidas apenas durante a vigência do Programa, compreendendo:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE JUSTIÇA,
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
DIVISÃO DE FINANÇAS

- i) ao nível estratégico, o Comitê de Coordenação Estratégica (CCE), instância máxima de decisão do Programa, responsável pelo direcionamento estratégico e pela definição de prioridades, formada pela Secretaria, SSP, SGG e FASE;
- ii) ao nível operacional, um Escritório de Projetos, responsável pela coordenação, gestão, execução, monitoramento e avaliação do Programa, exercido pelo Escritório de Projetos (EP), composto por:
- a) Coordenação-Geral: Carolina Motta Ramos de Macedo Luce
 - b) Coordenação Administrativo-Financeiro: Patrícia Roberta Viana Patta
 - c) Coordenação de Monitoramento e Avaliação: Júlica Reginatto
 - d) Coordenação Técnica e de Aquisições: Luís Fernando Espíndola Rodrigues
 - e) Comissão Especial de Licitações: Presidente, César Antônio Vasconcelos da Luz
 - f) Assessoria Jurídica: Ana Cristina Brenner (Setorialista da Procuradoria Geral do Estado – PGE)
 - g) Assessoria Jurídica: Aline Frare Armbrorst (Setorialista da Procuradoria Geral do Estado – PGE – a contar de 19/08/2019 – Portaria nº. 588, de 16 de agosto de 2019)
- iii) ao nível técnico/executivo, Unidades de Execução Técnica (UET), responsáveis pela execução física e técnica das ações previstas nos quatro Componentes do Programa, o Escritório de Projetos conta com as Unidades de Execução Técnica (UETs), instaladas na Secretaria (componentes 1 e 4), na SSP (componente 2) e na FASE (componente 3):

Componente 1 – Prevenção social e situacional da violência

Este componente tem como objetivo ampliar a oferta de serviços sociais e empoderar os jovens em situação de vulnerabilidade, oferecendo-lhes oportunidades para desenvolvimento socioeducativo, profissional e físico, por meio de: (i) construção e implantação de seis Centros POD-Juventude (Programa de Oportunidades e Direitos-Juventude), para ampliar a oferta de serviços socioeducativos, formação profissional, esportes, promoção de valores e uma cultura de paz; (ii) criação e/ou fortalecimento de fóruns de debate e participação para acompanhamento e proposição de políticas públicas em cada um dos Centros-POD, envolvendo pessoas físicas, jurídicas e/ou Organizações da Sociedade Civil (OSC); (iii) implementação de ações com o sistema socioeducativo que promovam a diminuição da evasão escolar, visando a conclusão do ensino básico e o aumento da escolaridade dos jovens, incluindo a capacitação de professores; (iv) implementação de ações direcionadas ao mercado de trabalho, formando e vinculando os jovens com as empresas em sua primeira experiência de trabalho; (v) contratação de jovens multiplicadores, beneficiários do Projeto,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE JUSTIÇA,
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
DIVISÃO DE FINANÇAS

para fomentar as ações dos Centros de POD-Juventude (bolsas); e (vi) garantia de acessibilidade nos espaços físicos no âmbito do Programa.

Componente 2 – Efetividade Policial

Este componente tem como objetivo melhorar a capacidade policial para implementar ações efetivas de prevenção e controle do crime e oferecer espaços de convivência comunitária mais seguros, por meio de: (i) formação e sensibilização de efetivos policiais a partir de uma visão de segurança pública cidadã para relacionar-se com a comunidade, em especial os jovens, encaminhando-os aos serviços da rede social; (ii) modernização de tecnologias da informação para: análise e gestão integrada da polícia comunitária; formação continuada de agentes da polícia em análise dos delitos e qualificação dos registros policiais; e a aquisição de ferramentas para o georreferenciamento; e (iii) construção de seis bases comunitárias de segurança pública cidadã visando a atuação conjunta da Polícia Militar (PM), Polícia Civil (PC) e Guarda Municipal, permitindo aproximar os efetivos policiais da comunidade e fortalecer os vínculos de confiança; e (iv) verificação do adequado funcionamento dos controles internos e sociais das polícias nos territórios do Projeto e capacitação do pessoal dos órgãos correicionais da segurança pública e da FASE.

Componente 3 – Modernização do Processo de Ressocialização

O objetivo do componente é melhorar a atenção socioeducativa dos adolescentes infratores, por meio de: (i) construção de três novos centros de internação socioeducativa e reforma do prédio da Unidade Padre Cacique em Porto Alegre para transformá-la num centro de formação profissional de jovens; (ii) melhora do atendimento socioeducativo dos adolescentes da FASE, incluindo: (a) formulação e execução de um plano de formação continuada para servidores visando a implementação do Sistema Nacional de Socioeducação (SINASE); (b) ações de fortalecimento de vínculo dos adolescentes com as famílias e a comunidade de origem; (c) monitoramento do progresso individual de adolescentes (educativo, psicossocial e de saúde); (d) sistemas de videomonitoramento nas unidades da FASE; e (d) modernização do sistema de gestão da FASE.

Componente 4 – Fortalecimento Institucional

O objetivo deste componente é fortalecer a SJCDH criando um mecanismo de articulação efetivo entre as entidades participantes do Projeto, por meio de: (i) formulação e implementação de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE JUSTIÇA,
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
DIVISÃO DE FINANÇAS

um plano estratégico e planos operacionais para a prevenção social da violência nas áreas de atenção do Projeto; (ii) concepção e implementação de um sistema de gestão de processos e monitoramento das atividades e produtos do Projeto; (iii) desenvolvimento de um sistema de acompanhamento dos serviços de proteção dos direitos dos jovens atendidos pelo Projeto; e (iv) desenvolvimento de um mecanismo de articulação, coordenação, informação e consulta entre a SJCDH e as prefeituras participantes, as OSC e os beneficiários do Projeto.

Administração, acompanhamento e avaliação do Projeto

No âmbito da administração do Projeto, o foco é estruturar o Escritório de Projetos para melhor gestão do financiamento, possibilitando a aquisição de bens, equipamentos e serviços.

1.4 Valor do Programa

O valor do projeto equivale a US\$ 56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de dólares) cuja distribuição por fonte de financiamento advém o montante de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares) do Banco e US\$ 6.000.000,00 (seis milhões de dólares) de aporte local:

(em US\$ mil) COMPONENTE	Banco	Local	TOTAL	%
1. Prevenção social e situacional da violência	16.950,00	2.650,00	19.600,00	35
2. Efetividade policial	4.800,00	1.200,00	6.000,00	11
3. Modernização do processo de ressocialização	24.250,00	750,00	25.000,00	44
4. Fortalecimento institucional	2.200,00	500,00	2.700,00	5
Administração, acompanhamento e avaliação do Projeto	1.800,00	900,00	2.700,00	5
TOTAL	50.000,00	6.000,00	56.000,00	100%

2. Principais Políticas Contábeis

- Base de Contabilidade Caixa

As demonstrações financeiras foram elaboradas sobre a base contábil de caixa, registrando-se as receitas quando do recebimento dos fundos (recursos) e reconhecendo-se as despesas quando estas efetivamente representam despesas pagas em dinheiro (caixa). Esta prática contábil difere das NICSP, segundo as quais as tramitações devem ser registradas na medida em que incorrerem, e não quando de seu pagamento. No entanto, as NICSP foram aplicadas para essas circunstâncias,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE JUSTIÇA,
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
DIVISÃO DE FINANÇAS

conforme previsto no capítulo "IPSAS base de caixa – Relatórios Financeiros com base na contabilidade de caixa".

- Unidade Monetária

Conforme cláusula 3.04 do contrato, para estabelecer a equivalência em dólares, ao se tratar de recurso do Banco, utilizar-se-á a mesma taxa de câmbio para a conversão dos recursos desembolsados em dólares quando da internalização. A de reconhecimento de gastos a débito de Aporte Local, aplicar-se-á a taxa de câmbio vigente na data de apresentação da solicitação ao banco.

3. Fundos Disponíveis

O recurso disponível em 31 de dezembro está depositado na conta bancária do Programa e não inclui receitas geradas por juros e ganhos cambiais tendo em vista que não há previsão contratual que obrigue a sua incidência.

- Conta Bancária nº. 03.355795.0-7

- Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul – Agência 0100

Disponível em 31 de dezembro:	2014	2015	2016	2017	2018	2019
R\$	25.003.645,00	24.682.831,24	20.361.173,58	100.656.023,20	81.066.805,44	103.870.039,59*
US\$	9.430.000,00	9.309.06,69	7.679.115,06	37.961.917,10	24.329.773,54	28.397.777,92*

- Considerar estornos pendentes de justificação (Devolução de saldo de prestação de contas das Parcerias nº. 156/2017 e 50/2017):

Valor total R\$ 437.064,50

4. Adiantamentos Pendente de Justificação

Em 31 de dezembro há gastos efetuados e não incluídos em solicitações em 2019 que correspondem a R\$ 7.031,88 de Recurso do Banco e R\$ 23.430,23 de aporte local.

Gastos pagos e pendentes de justificação ao BID em 31 de dezembro de 2019	BID		Local	
	US\$	R\$	US\$	R\$
	23.430,23	7.031,88	799.109,64	3.220.491,77



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE JUSTIÇA,
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
DIVISÃO DE FINANÇAS

A taxa transitória adotada para a conversão de contrapartida para o valor gasto em 2019 pendente de justificação, tem por base a data 31/12/2019 e a fonte do Banco Central do Brasil, ao montante de 1dólar = R\$ 4,03010.

5. Adiantamentos (antecipos) e justificativas

	R\$	US\$
Saldo de adiantamento no início do período (2019)	81.066.805,44	24.329.773,54
(+) Adiantamento recebidos (US\$ 4,05)	52.071.939,45	12.857.269,00
Gasto em 2019 (pagamento efetuado em 2019)	29.262.399,33	8.782.232,66
(=) Saldo de adiantamentos no encerramento do período (31/12/2019)	103.870.039,59	28.397.777,92
Diferença (Saldo-Gasto)	-	-

6. Fundo Rotativo

De acordo com o contrato de empréstimo nº. 3241/OC-BR não estamos enquadrados nessa modalidade.

7. Fundos de Contrapartida Nacional

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul assumiu o compromisso de compor a execução do Projeto em quantia equivalente a U\$ 6.000.000,00 (seis milhões de dólares), como contrapartida local. Até o momento, o Governo contribuiu com a importância de R\$ 13.164.557,58 equivalente a US\$ 2.615.731,98. Com isso e até o momento, a contrapartida apresentada e justificada ao Banco corresponde a 43,60% do total comprometido.

8. Ajustes de Períodos Anteriores

Não há ajustes a realizar nas cifras de exercício anterior.

9. Aquisição de Bens e Serviços



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE JUSTIÇA,
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
DIVISÃO DE FINANÇAS

Todas as aquisições de bens e serviços adquiridos pelo Escritório de Projetos seguiram as normativas GN -2349 e GN-2350, bem como legislação local (Lei 8.666/93), quando previsto. Ainda temos contratação de serviços em plena execução e não registramos qualquer intercorrência na prestação dos serviços ou entrega de materiais.

Todos os bens estão devidamente inventariados e integram o patrimônio do Estado com registro de numeração e nos devidos locais para uso.

10. Categorias de Inversão

VALOR BID	PAGO		JUSTIFICADO		A JUSTIFICAR	
COMPONENTE	R\$	US\$	R\$	US\$	R\$	US\$
1-Prevenção social e situacional da violência	21.664.012,80	6.501.804,50	21.659.512,80	6.500.453,96	4.500,00	1.350,54
2-Efetividade policial	3.465.897,19	1.040.185,21	3.465.897,19	1.040.185,21	0,00	0,00
3-Modernização do processo de ressocialização	2.859.651,81	858.238,81	2.859.651,81	858.238,81	0,00	0,00
4-Fortalecimento institucional	630.787,55	189.312,06	611.857,32	183.630,72	18.930,23	5.681,34
5-Adm., acompanham. E avaliação	642.049,98	192.692,08	642.049,98	192.692,08	0,00	0,00
TOTAL	29.262.399,33	8.782.232,66	29.238.969,10	8.775.200,78	23.430,23	7.031,88

11. Desembolsos Efetuados

A primeira internalização de recursos ocorreu em 23 de dezembro de 2014 no montante de US\$ 9.430.000,00, com valor cambial de R\$ 2,6515, totalizando R\$ 25.003.645,00. A segunda



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE JUSTIÇA,
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
DIVISÃO DE FINANÇAS

internalização ocorreu em 2017, na data de 14 de dezembro de 2017 no montante de US\$ 27.712.731,00 ao câmbio de 3,3320, totalizando R\$ 92.338.819,69. No ano de 2018 não houve internalização de recursos. A terceira internalização ocorreu em 26 de dezembro de 2019 no montante de US\$ 12.857.269,00, com valor cambial de R\$ 4,05, totalizando R\$ 52.071.939,45.

12. Conciliação entre a Demonstração de Fluxo de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados

DESCRIÇÃO	BID (R\$)	US\$	LOCAL (R\$)	US\$	TOTAL (R\$)
Demonstração de Fluxos de Caixa (Desembolsos Efetuados/Gastos)	29.262.399,33	8.782.232,66	4.970.691,71	1.234.243,46	34.233.091,04
Demonstrativo de Investimentos	29.262.399,33	8.782.232,66	4.970.691,71	1.234.243,46	34.233.091,04
Diferença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

13. Conciliação dos Registros do Programa com os Registros do BID (WLMS-1 executive Financial Summary), por categorias de Inversão

Categoria de Inversão	Demonstração de Investimento	WLMS-1 Disbursed Amount	Diferença
1. Prevenção social e situacional da violência	13.447.478,98	13.447.478,98	-
2. Efetividade policial	3.451.404,26	3.451.404,26	-
3. Modernização do processo de ressocialização	3.559.940,00	3.559.940,00	-
4. Fortalecimento Institucional	601.881,71	601.881,71	-
5. Administração, acompanhamento e avaliação do Projeto	658.625,19	658.625,19	-
TOTAL	28.280.669,86	28.28.669,86	-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE JUSTIÇA,
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
DIVISÃO DE FINANÇAS

14. Conciliação do Passivo a Favor do BID (entre o montante no compo “Disbursed life” do WLMS-1 e o registrado no campo “Recursos Recebidos – BID Demonstração de Fluxo de Caixa

DESCRIÇÃO	TOTAL US\$
Demonstração de Fluxos de Caixa (Recursos Recebidos: Desembolsos + FIV)	50.000.000,00
WLMS – 1 (Disbursed Life)	50.000.000,00
Diferença	-

15. Contingências

Até o momento não possuímos registro de contingências.

16. Eventos Subsequentes

Não há registro de diferenças entre o saldo da conta do Programa e montante efetivamente gasto.

Ademais, não registramos eventos ocorridos ente a data do encerramento do exercício e a data da elaboração dessas demonstrações financeiras que possam afetar a situação financeira do Programa.

17. Situação dos ajustes originados de opiniões diferentes do padrão por parte dos auditores independentes no ano ou períodos anteriores

Com base na auditoria realizada do período de 2018, ficou registado que, o Programa teve avanço significativo na preparação das ações previstas no Plano de Aquisições.

Destacamos o remanejamento de recursos entre categorias de gastos do Programa (Alteração Nº. 2 – Contrato de Empréstimo Nº. 3241/OC-BR).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE JUSTIÇA,
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
DIVISÃO DE FINANÇAS

COMPONENTES	Banco	Local	TOTAL
1. Prevenção social e situacional da violência	18.800.000,00	1.850.000,00	20.650.000,00
2. Efetividade policial	4.800.000,00	1.200.000,00	6.000.000,00
3. Modernização do processo de ressocialização	23.900.000,00	1.400.000,00	25.300.000,00
4. Fortalecimento institucional	1.350.000,00	0,00	1.350.000,00
5. Administração, acompanhamento e avaliação do Projeto	1.150.000,00	1.550.000,00	2.700.000,00
TOTAL	50.000.000,00	6.000.000,00	56.000.000,00

Carolina Motta R. M. Luce
Coord. Técnica e de Aquisições
EP/SJDH
ID: 4250613/01

Atual Coord. Geral do EP/SJDH